

Diário do Legislativo de 18/03/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 15ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Comemorar o Lançamento da Campanha da Fraternidade 2008, com o tema "Fraternidade e defesa da vida"

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/3/2008

Presidência do Deputado Célio Moreira

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Padre João - Palavras do Padre Antônio Claret - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Vereador Antônio Pinheiro, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Edmilson de Jesus Ferreira, Gestor de Políticas Sociais, representando a Arquidiocese de Belo Horizonte; o Revmo. Sr. Padre Antônio Claret, representando a Arquidiocese de Mariana; e o Exmo. Sr. Deputado Padre João, co-autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade 2008, com o tema "Fraternidade e defesa da vida".

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Padre João

Deputado Célio Moreira, representando, neste ato, o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Vereador Antônio Pinheiro, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Edmilson de Jesus Ferreira, representando a Arquidiocese de Belo Horizonte; Pe. Antônio Claret; nobres colegas Deputadas e Deputados; pessoas que nos acompanham, seja nas galerias, seja pela TV Assembléia, nossa saudação.

Mesmo sendo uma reunião especial, permitam-me trazer um pouco de protesto. Foi justificada a ausência da Presidência da CNBB. Até hoje pela manhã, havia sido confirmada a presença de um representante, mas não compareceu a pessoa indicada. Entretanto, isso não nos leva jamais a abrir mão desta homenagem à CNBB por sua história de comprometimento com a vida.

Estamos trabalhando, a cada ano, desde as paróquias até o interior e as comunidades rurais, temas importantes, como a situação do indígena, da moradia, do negro, da água, dos cárceres, da juventude e da criança. Neste ano, escolheu-se "Fraternidade e defesa da vida", numa opção única sugerida por nosso Cristo Jesus: "Escolhe, pois, a vida.". Nesse aspecto, mais uma vez, a CNBB é feliz e acerta. Na verdade, são feitas consultas às paróquias, a outras igrejas cristãs. Há uma participação não somente na escolha do tema, mas na elaboração do texto-base, do cartaz e das músicas. Então, há uma participação, uma abertura para sugestões a cada ano. É por isso que, a cada vez, vamos nos aprofundando mais em temas relevantes no que diz respeito à questão social. Isso faz a diferença em relação a outras igrejas da América e do mundo.

Há, de fato, uma diferença em relação ao comprometimento da Igreja do Brasil, ao casar a fé com a vida. Este ano traz, mais uma vez, essa reflexão: fraternidade e defesa da vida. Embasado nas Escrituras ou nos documentos do magistério da Igreja, há um apelo a todos os brasileiros nesse período que corresponde à Quaresma. Há uma sabedoria da CNBB nessa questão. Enquanto outras igrejas se atêm, durante a Quaresma, à esmola, ao jejum e a outros sacrifícios, mesmo à caridade, que é para nós muito ampla e tem um significado relevante, aqui no Brasil é diferente e por isso chama a atenção. Não basta a esmola, participar dos cultos, temos de ter um comprometimento a cada instante da nossa vida. Onde quer que estejamos, devemos expressar a nossa religiosidade e a nossa fé. Por isso, quando apresentamos um requerimento, juntamente com os Deputados Célio Moreira e Eros Biondini, para discutir aqui, na catedral do Parlamento mineiro, que é o centro dos Parlamentos de toda Minas Gerais, objetivávamos a coerência, Deputada Maria Lúcia Mendonça, Deputados Doutor Rinaldo e Ademir Lucas. Quantas leis e projetos discutimos aqui nesta Casa que têm tudo a ver com a vida?

O texto é muito claro, embora a mídia dê um enfoque à campanha restringindo-a ao aborto e à manipulação genética. Para muitos, a Campanha da Fraternidade deste ano se restringe a isso, conforme salientado pela mídia. No entanto, se analisarmos seu texto-base, a Campanha questiona todo cidadão, sobretudo o cristão, acerca de todas as ações ao longo da vida, desde a concepção à velhice, enfatizando os momentos de doença, sobretudo quando para alguns a morte é uma esperança, é querida, sendo empregada a eutanásia, até por desrespeito à pessoa idosa.

Assim, deve-se pensar a vida, desde a concepção até a velhice e, em toda essa trajetória, de modo a garantir que seja uma vida plena, com qualidade. E essa foi a razão da vinda de Cristo ao mundo - João:10-10 -, quando Ele mesmo assegurou: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em plenitude".

E cabe ao Parlamento contribuir por meio da legislação. Como está a criança? Como está a juventude? O que provoca a violência? Todos esses temas são abordados no texto-base. Como está a relação do ser humano com o meio ambiente: a água, a terra, as matas, a biodiversidade? Todas as nossas ações devem promover a vida, garantindo sua viabilidade para daqui a 50 anos, 100 anos, 500 anos. Quais são as nossas ações atuais em casa, na rua, no trabalho? No nosso caso, que somos Deputados, quais as nossas ações no Parlamento e nas Câmaras Municipais?

Debatemos, há pouco, um projeto sobre os transgênicos, o qual foi vetado pelo governo. Discutem-se também nesta Casa projetos relativos aos agrotóxicos. Realizamos aqui, segunda-feira e terça-feira, um ciclo de debates no qual a própria Secretaria de Meio Ambiente nos informou que a maior agressão ao meio ambiente é o agrotóxico. Parece que a relação é de 6kg por hectare. Esse o dado registrado nesta Casa.

Todos nós, cristãos, católicos ou não, devemos renovar nosso compromisso com a vida, defendendo-a sobretudo quando ela está mais ameaçada: durante a gestação e a velhice, e quando o indivíduo está encarcerado. Há os presos e os desempregados. A CNBB, no texto, coloca muito bem que a pobreza é altamente explorada. Por isso, nossa grande homenagem e reconhecimento à CNBB pelo tema e pela metodologia empregada ao discutir tal tema.

Encerro com o compromisso, enquanto cristão e parlamentar, de expressar-me, em cada ação minha ao apreciar e votar proposições nesta Casa, mesmo que seja apenas um requerimento, de ter uma atitude de comprometimento com a vida. Cada ação minha deve ser um atender ao apelo do Cristo Jesus: "Escolhe, pois, a vida". O que me faz cristão é, por meio de minhas ações no dia-a-dia, ir-me identificando à pessoa do Cristo Jesus, que veio para que todos tenham vida e a tenham em plenitude. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Deputados Célio Moreira e Padre João, gostaria de cumprimentá-los pela feliz iniciativa desta homenagem à CNBB. Nós, que temos uma série de trabalhos na Igreja, sabemos da importância da CNBB na vida dos brasileiros, na sua opção pela vida, principalmente na vida dos que mais necessitam, na preferência pelos pobres.

Neste momento, gostaria de homenagear o Bispo da Arquidiocese de Divinópolis, D. José Belvito, que faz um grande trabalho e está deixando a nossa diocese porque venceu essa etapa, está-se aposentando. Portanto, não poderia deixar, neste momento, de cumprimentar e mandar o meu abraço a D. José Belvito. Muito obrigado.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça (em aparte) - Quero parabenizar os Deputados Célio Moreira e Padre João, agradecer a presença dos convidados e falar da minha alegria como cristã e católica em relação a esse tema fantástico da Campanha da Fraternidade deste ano, "Em defesa da vida".

Faço minhas as palavras do Deputado Padre João e do Pe. Claret. Os senhores deixaram muito claro que defender a vida não é apenas posicionar-se contra o aborto. Defender a vida tem um sentido muito mais amplo. Precisamos pensar na saúde, na educação, no meio ambiente, nas ações sociais, no turismo, na cultura, em todas as oportunidades que a vida apresenta para que todos os cidadãos e cidadãs tenham a chance de usufruí-la. Ter vida não significa apenas ter vida fisiológica, anatômica, e sim participar, estar presente, ter vez e voz. Na realidade, é preciso que isso aconteça.

De maneira muito carinhosa, quero dirigir-me ao Bispo D. Dario, da minha arquidiocese, um Bispo fantástico, que tem feito uma revolução na região de Cataguases. A sede do Bispado é Leopoldina.

Não me poderia esquecer de alguns sacerdotes da minha cidade, como o Pe. Renato, que está chegando agora, do Pe. Ênio, que acabou de sair, e de outros sacerdotes que realmente lutam pela vida.

Como o Deputado Padre João disse, temos de fazer um trabalho, para que todos tenham a vida e a tenham em abundância. Os compromissos

desta Casa, nas leis que se fazem, são voltados para esse trabalho.

Encerro as minhas palavras com um texto bíblico que diz o seguinte: "Entra na cidade, e aí será dito o que se deve fazer". Então, que estejamos sempre com essa posição de entrar na cidade e fazer o que for preciso, mesmo que para isso alguns sacrifícios sejam feitos. Quando o mundo descobrir que devemos fazer aos outros o que gostaríamos que fizessem a nós mesmos, tenho certeza de que muita coisa se resolveria e nós não precisaríamos que a CNBB se levantasse em defesa da vida. Muito obrigada e parabéns.

Palavras do Padre Antônio Claret

Boa-tarde. Cumprimento os membros da Mesa e, ao mesmo tempo, expresse minha alegria por estar aqui representando a arquidiocese da qual me sinto membro. Represento as pessoas que têm muita vontade de defender a vida.

O tema da Campanha da Fraternidade foi retirado do "Livro do Deuteronômio", cuja parte central foi escrita há alguns mil anos antes do nascimento de Cristo. Portanto, há muito tempo discute-se este tema: "Escolhe, pois, a vida".

A principal preocupação desse núcleo do "Deuteronômio" é com a mudança na estrutura da sociedade. Trata-se de uma mudança radical, ou seja, de uma mudança na raiz; não significa, portanto, radicalismo nem mudança apenas nos termos, nas palavras, mas no fundamento de questões importantes. Enfim, refiro-me à mudança no modo de se organizar e de se estruturar a sociedade. Então, essa frase é extremamente simbólica para nós e possui uma força muito grande, já que nos traz à mente, à memória, algo tão importante e atualiza o esforço dos que pensam algo novo neste país e no mundo.

Não adianta mudarmos as aparências das coisas, como aconteceu, por exemplo, com a Companhia Vale do Rio Doce, que passou a chamar-se Vale, com a Cataguazes-Leopoldina, que recebeu o nome de Energiza, e com a Alcan, que agora se chama Novelis. Como se vê, muda-se a roupagem das coisas, como se fossem portas carunchadas, nas quais se passa verniz para conseguir uma imagem, uma foto mais bonita.

O núcleo do "Deuteronômio" propõe uma mudança radical no fundamento, na base da organização humana e da sociedade, a fim de se obter a seguinte reflexão: "aqui viemos, qual é a nossa tarefa?". Como se garante que a vida seja a única realidade absoluta diante da qual todas as outras coisas se relativizam, inclusive as leis? A vida precisa estar em primeiro lugar.

Ao falar nesse assunto, citarei um exemplo. Nesta Casa tramitou um projeto de iniciativa popular que tem D. Luciano, a quem todos respeitamos muito, como símbolo maior. Esse projeto não foi adiante por ser inconstitucional. Sei que vocês têm de seguir regras, mas se esse fato obedecesse à lógica do "Deuteronômio", provavelmente isso não aconteceria, porque a vida sempre estaria em primeiro lugar.

Hoje há uma questão vital. A energia elétrica é essencial e pode ser usada, em quantidade e qualidade, por todas as famílias do Brasil e do mundo. A energia é fundamental, pode ser usada para aquecer a água, para acender uma lâmpada à noite, quando alguém for tomar um remédio, e assim por diante. Se a lei não fosse posta em primeiro lugar e a vida em segundo, terceiro ou quarto, provavelmente isso não aconteceria. O "Deuteronômio" deixa muito claro para nós que a vida é a única realidade absoluta, portanto é prioritária em qualquer circunstância.

Todas as regras que nascem da organização da sociedade só fazem sentido se estão efetivamente a serviço da vida, que é a prioridade, a realidade absoluta.

E é a vida em sentido amplo, não só a vida humana onde homens e mulheres se sintam no direito de degradar tudo. Como se fosse assim: "Vamos usando, usando, e quem ficar por último apaga a luz, que depois resolveremos". Então, é a vida no sentido amplo, com respeito a todas as formas de vida.

Aí há que se pensar de fato no sistema capitalista. Esse sistema é, em sua essência, um sistema degradador e opressor da vida.

Portanto, não é que se mude da noite para o dia, mas é preciso que haja uma perspectiva diferente na organização das bases da sociedade para que um novo jeito de organização da sociedade possa acontecer para que de verdade princípios novos orientem as pessoas, e não o princípio de um sistema que induz as pessoas a explorar as outras, portanto a degradar a vida.

Como o Deputado Padre João disse, muita gente de fato interpretou esta Campanha como a campanha que fala do aborto e das tecnologias de manipulação da vida. E fica parecendo que a Igreja é contra a tecnologia. Imagino que até muita gente da Igreja tenha interpretado assim mesmo. Isso acontece às vezes porque não se reflete. Mas não se trata de uma questão tecnológica.

É claro que a tecnologia é coisa boa. Mas deve estar a serviço de quem? Queremos a tecnologia a serviço dos governos burgueses e das empresas capitalistas que exploram? Ou queremos a tecnologia para salvaguardar e garantir o direito básico de todas as pessoas, principalmente das mais indefesas? Para que queremos o desenvolvimento tecnológico? Essa é a questão importante. Não é a tecnologia em si, mas qual é a sua finalidade?

Entendemos que, se a tecnologia é para facilitar a vida, a Igreja deve apoiar aquele que está mais fraquejado na vida. Esse é o princípio.

Finalizando, lembro que D. Luciano, há dois anos, esteve nesta Casa. Entre as muitas coisas que ele vivia, mas que só de vez enquanto falava - ele não falava tudo o que vivia -, ele vivia sempre se empenhando pela vida, mas só de vez em quando dizia alguma coisa. Ele vivia muito mais do que dizia. Mas ele disse que esta Casa precisa estar sempre pensando no povo.

Talvez tivéssemos um pouco o reacender dessa idéia, para que sempre, de verdade, em todas as decisões o povo e a vida estivessem em primeiro lugar. Muito obrigado.

O locutor - Representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Célio Moreira, co-autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Deputado Padre João, co-autor do requerimento; Exmo. Sr. Vereador Antônio Pinheiro, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Pe. Antônio Claret, aqui representando a Arquidiocese de Mariana; Edmilson de Jesus Ferreira, telespectadores, senhores e senhoras que comparecem a esta reunião. Infelizmente, não temos a presença da CNBB, como foi colocado pelo Deputado Padre João, e não há também

nenhum padre da Arquidiocese de Belo Horizonte no lançamento da Campanha da Fraternidade no Plenário desta Casa.

Não existe sobre o planeta Terra bem mais precioso do que a vida. Assim, a Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema a defesa da vida, chama a atenção de todos, não apenas dos católicos, para a relevância do profundo compromisso ético presente no amor fraterno.

Valor fundamental para todo homem público, a defesa da vida significa o engajamento na luta contra a pobreza, contra a exclusão e contra as situações de injustiça social. Significa, ainda, o inamovível comprometimento de evitar a degradação da natureza, que põe em grande risco a existência de futuras gerações. Ao propor o lema "Escolhe, pois, a vida", a Campanha nos acena com o futuro e a esperança, defendendo a dignidade da pessoa humana contra todas as formas de agressão à sua existência.

A promoção da vida é também a salvaguarda da paz, quando as políticas públicas derivadas da formulação das leis devem ter em mente a transformação social propiciada por uma educação que prioriza os valores humanos e por uma medicina e uma tecnologia que levem em conta o respeito à vida e à morte. A vida, esse dom que todos recebemos, merece um olhar respeitoso para si próprio e também para o próximo. Não podemos, em absoluto, descartar nosso compromisso com a cidadania plena para todos, envolvendo do mesmo modo a nossa consciência e a nossa afetividade.

Para essa atitude nos chamam os versos finais do hino da Campanha: "Pelos margens desta vida há tanta gente que implora por justiça e dignidade / respeitar, cuidar da vida é o que te peço / vai, / transforma a tua fé em caridade!".

Que se perpetuem os nossos esforços, mantendo como o grande objetivo de nossa luta, como representantes dos cidadãos brasileiros, o horizonte de uma vida digna para todos! Muito obrigado.

Na oportunidade, gostaria de justificar a ausência do Deputado Eros Biondini, co-autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, que está no Vale do Jequitinhonha, por isso não pôde chegar a tempo. O Deputado Eros Biondini, no ano passado, apresentou requerimento de realização de reunião especial para tratar da Campanha da Fraternidade, juntamente com o Deputado Padre João.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/2/2008

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento de ofício da Sra. Nilza Maria da Rocha, em que sugere atuação desta Comissão em prol dos servidores da rede estadual de ensino e de ofício publicado no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses, da Sra. Neusa Coutinho Affonso, Secretária do Tribunal de Contas da União (15/2/2008). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.756/2007 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça); 1.877/2007 (relatora: Deputada Ana Maria Resende) e 1.917/2007 (relator: Deputado Carlin Moura), que receberam parecer por sua aprovação, e 1.881/2007 (relator: Deputado Deiró Marra), que recebeu parecer por sua aprovação, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.829, 1.841, 1.851, 1.852 e 1.853/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: das Deputadas Ana Maria Resende e Maria Lúcia Mendonça e dos Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, em que solicitam, visita à Sra. Vanessa Guimarães, Secretária de Estado de Educação, para sugerir que os atos normativos dessa Secretaria sejam debatidos com a Comissão antes de sua edição; reunião para, em audiência pública, debater a Resolução nº 1.025, de 26/12/07, da Secretaria de Estado da Educação, que institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de ensino médio da rede estadual de ensino; do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro-MG - pela inauguração do Centro de Referência dos Professores, no Município de Belo Horizonte; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada visita ao Município de Santa Rita do Sapucaí, no Vale da Eletrônica, para conhecer as ações promovidas pela Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira em favor da ciência e da tecnologia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente - Carlin Moura - Ademir Lucas.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007, em 27/2/2008

Às 14h25min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Gil Pereira e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, esclarece não haver ata a ser lida, por ser a primeira reunião da Comissão, e informa que a finalidade da reunião é eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator da matéria. O Presidente solicita a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Gil Pereira para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Agostinho Patrús Filho e para Vice-Presidente o Deputado Jayro Lessa, ambos por unanimidade. O Deputado Jayro Lessa empossa o Presidente eleito e passa a ele a direção dos trabalhos. O Deputado Agostinho Patrús Filho agradece a confiança dos colegas, declara empossado na Vice-Presidência o Deputado Jayro Lessa e, na oportunidade, designa relator ao Deputado Luiz Humberto Carneiro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária, a ser marcada posteriormente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2008.

Agostinho Patrús Filho, Presidente - Jayro Lessa - Luiz Humberto Carneiro - Gil Pereira.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/3/2008

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Domingos Sávio (substituindo este ao Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BSD) e Wander Borges (substituindo o Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS),

membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença do Deputado Paulo Guedes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposição da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Presidência da Casa em que informa que deixou de receber requerimento desta Comissão, apresentado pelo Deputado Délio Malheiros, em que solicitação seja encaminhada ao jornal "Estado de Minas" veto de congratulações, uma vez que requerimento de mesmo teor já havia sido protocolado anteriormente; e do ofício publicado no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses, do Sr. Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes, (21/2/2008). O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, em turno único, para a qual designou o relator citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.004/2008 (Deputado Paulo Guedes). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.885/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.818/2007 (relator: Deputado Paulo Guedes), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.858, 1.870 e 1.885/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 607, 842, 1.612, 1.644 e 1.667/2007. Registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos para realização de audiência pública: dos Deputados Carlos Pimenta, no Município de Salto da Divisa para que seja discutida situação da BR-367 e do programa Pró-Acesso da região; Padre João, para que seja discutida e encaminhada a recuperação da BR-040, no trecho compreendido entre os Municípios de Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete, e outros itens que menciona; Ivair Nogueira, para que seja discutida a implantação das praças de pedágio na Rodovia Fernão Dias, no trecho compreendido entre Belo Horizonte e São Paulo e outros itens que menciona; Antônio Júlio e Domingos Sávio, para que sejam discutidas as precárias condições da MG-423 no Município de Papagaio; e dos Deputados Almir Paraca, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que seja realizada, em caráter emergencial, a reforma e a recuperação da ponte sobre o Ribeirão da Ilha, localizado na MG-202, no trecho compreendido entre Sagarana, Distrito do Município de Arinos e Uruana de Minas; Célio Moreira, em que solicita seja formulado apelo ao DER-MG com vistas a que autorize a empresa de transporte coletivo Gontijo a fazer o percurso do trevo de Contria (BR MG-496) à sede do Distrito, em suas linhas regulares de Belo Horizonte a Pirapora, bem como definir um ponto de embarque e desembarque de passageiros no Distrito de Contria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2008.

Juninho Araújo, Presidente - Délio Malheiros.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/3/2008

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Antônio Júlio, Sebastião Helvécio e Délio Malheiros (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do PV), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Euvaldo Bittencourt Júnior, Gerente de Projeto da Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos; Alessandro L. Bonzano Comper, Secretário Substituto de Políticas Públicas de Emprego (28/2/2008); Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações (29/2/2008). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.329/2007 (Deputado Lafayette de Andrada) e 1.504/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 118/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição) e 236/2007 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) na forma dos Substitutos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 712/2007 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio); 731/2007 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição) e 898/2007 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2008.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada - Getúlio Neiva - Sebastião Helvécio.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/3/2008

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda, Bráulio Braz e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Cecília Ferramenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.636/2007, no 1º turno (Deputado Eros Biondini); e 2.019/2008, em turno único (Deputado Vanderlei Miranda). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.871, 1.884 e 1.888/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para, em audiência pública, obter esclarecimentos sobre quando e de que forma será implementada a redução do ICMS sobre a prestação de serviço de transporte de passageiros, e seja formulado voto de congratulações pela posse da nova Diretoria da Associação Comercial do Barro Preto; e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulada moção de apoio ao setor da indústria têxtil e de confecção brasileiro, especialmente em razão do ato que ocorrerá no próximo dia 12, no Congresso Nacional, em protesto contra a concorrência desleal provocada pela importação de produtos originários de países asiáticos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente - Bráulio Braz - Cecília Ferramenta.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 6/3/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativa nºs 185 e 187/2007, que receberam parecer pela aprovação na forma de requerimento, e é rejeitada a de nº 192/2007 (relator: Deputado Eros Biondini, em virtude de redistribuição). Registram-se as presenças dos Deputados Gustavo Valadares e João Leite. Após discussão e votação, são aprovadas, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativa nºs 200 a 203, 205, 206 e 208/2007, que receberam parecer por sua aprovação, na forma de requerimento, e rejeitadas as de nºs 216 e 228/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Retira-se da reunião o Deputado Eros Biondini. Submetido a votação, é rejeitado o parecer do novo relator, Deputado Carlin Moura, que conclui pela aprovação da Proposta de Legislativa nº 381/2007. Ato contínuo, é designado como novo relator o Deputado Gustavo Valadares. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela rejeição da proposta, registrando-se o voto contrário do Deputado Carlin Moura. Após discussão e votação, são aprovadas as Propostas de Ação Legislativa nºs 385 a 389 e 392/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares), e 477/2007 (relator: Deputado André Quintão). O Deputado André Quintão retira-se da reunião e o Deputado João Leite assume a Presidência. Após discussão e votação, são aprovadas, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativa nºs 431, 433, 434, 454 a 456, 458, 462 e 463/2007, que receberam parecer por sua aprovação, na forma de requerimento, e rejeitadas as de nºs 430, 453, 480 e 532/2007 (relator: Deputado João Leite), 438, 439, 441, 448, 450 e 497/2007, que receberam parecer por sua aprovação; e rejeitadas as de nºs 427 e 451/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Eros Biondini, em que solicita seja realizada visita desta Comissão à Telemar, com o objetivo de obter informações sobre os planos de implantação de antenas de telefonia celular para atender demandas de comunidades e vilas da região de Belo Horizonte, bem como analisar a possibilidade de disponibilizar TV a cabo e internet para essas comunidades; Alencar da Silveira Jr, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão com a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, para debater, em audiência pública, a demolição do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis - Colégio Imaco - e a futura construção do Espaço Multiuso da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/3/2008

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio e Getúlio Neiva (substituindo este ao Deputado Antônio Júlio, por indicação do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Euvaldo Bittencourt Júnior, Gerente de Projeto da Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos; Antônio Carlos Andrada, Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas de Minas Gerais; Paulo Roberto Messias Strack, responsável pela Central de Convênios da Embratur (6/3/2008); Dimas Wagner Lamounier e Carla Rafaela Arthemalle, respectivamente Superintendente Regional e Gerente da Caixa Econômica Federal (8/3/2008). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.028/2008 (Deputado Jayro Lessa), 2.045/2008 (Deputado Lafayette de Andrada) e 2.046/2008 (Deputado Agostinho Patrús Filho), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007 (relator: Deputado Sebastião Helvécio); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.329/2007 (relator: Deputado Lafayette de Andrada), 1.504/2007 (relator: Deputado Jayro Lessa, em virtude de redistribuição) e 2.028/2008 (relator: Deputado Jayro Lessa) na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 2.045/2008 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) e 2.046/2008 (relator: Deputado Getúlio Neiva, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 637/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.995/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária na mesma data, às 10h30min, com edital já publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2008.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/3/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para lançamento da Campanha da Fraternidade 2008.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.197, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais como objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -; e 16.318, de 11/8/2006, que dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no Estado; revoga a Lei nº 13.470, de 17/1/2000, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais; e o art. 10 da Lei nº 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis; e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.250, que dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251, que institui a Política Estadual de Incentivo à Utilização de Sementes Seleccionadas nas propriedades que se dedicam à agricultura familiar e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256, que altera a Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, apresentadas pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 18/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 593/2007, do Deputado Weliton Prado e do Deputado Vanderlei Jangrossi; 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.376/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 1.556/2007, do Deputado Almir Paraca; 1.660/2007, do Deputado Célio Moreira; 1.848/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.855/2007, do Deputado Carlin Moura; 1.956/2007, do Deputado Eros Biondini; 1.973/2007, do Governador do Estado; 1.979/2008, do Procurador-Geral de Justiça; 2.014/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.015/2008, do Deputado Wander Borges; 2.048/2008, do Governador do Estado; 2.059/2008, do Deputado Delvito Alves; 2.096/2008, do Governador do Estado; 2.138/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 999/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.754/2007, da Deputada Rosângela Reis; 1.824/2007, do Deputado Delvito Alves; 1.867/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.870 e 1.904/2007, do Deputado Delvito Alves; 1.935/2007, do Deputado Ronaldo Magalhães; 1.953 e 1.988/2007, do Deputado Durval Ângelo; 1.997/2008, do Deputado Tiago Ulisses; 2.009/2008, do Deputado Hely Tarquínio; 2.016/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.060/2008, do Deputado Durval Ângelo; 2.063/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.066/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.069/2008, do Deputado Padre João; 2.099/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.102/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.104/2008, do Deputado Almir Paraca; 2.105/2008, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 18/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.004/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 1.891 e 1.892/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.907, 1.908 e 1.909/2008, do Deputado Eros Biondini; 1.917/2008, da Comissão de Participação Popular; 1.927 e 1.928/2008, da Comissão de Direitos Humanos; 1.939 e 1.942/2008, da Comissão de Participação Popular; 1.973/2008, do Deputado Doutor Viana; 1.999/2008, da Comissão de Participação Popular; 2.011/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.024 e 2.028/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.029/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.045/2008, da Comissão de Participação Popular; 2.046/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater, com convidados, em audiência pública, o cronograma de obras na MG-050 e a solução de problemas relativos aos Municípios que fazem limite com a rodovia, sobretudo os próximos aos pedágios, além de obter informações sobre a data de início da cobrança de pedágio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Cultura NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 18/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.954/2007, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.971/2007, da Deputada Rosângela Reis; 2.006/2008, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.007/2008, do Deputado Eros Biondini.

Requerimentos nºs 1.934/2008, do Deputado Doutor Viana; 1.971/2008, do Deputado Roberto Carvalho; 2.047/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 18/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagens nºs 155 e 166/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.967/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.022/2008, do Deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 1.916, 1.919 e 1.966/2008, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 18/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.961/2008, da Comissão de Participação Popular; 2.017/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.019, 2.020/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.025/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.031/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Almir Paraca, Adalclever Lopes, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/2008, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2007, do Deputado Delvito Alves, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de março de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, e 1.233/2007, do Deputado Jayro Lessa, de apreciar a matéria constante na pauta; de debater, em audiência pública, as implicações decorrentes da transferência do terminal rodoviário de Belo Horizonte, do Centro para o Bairro Calafate e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de março de 2008.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/3/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.401/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.401/2007, de autoria do Deputado Célio Moreira, que declara de utilidade pública a Associação Comunidade de Vida e Aliança Santa Teresinha do Menino Jesus, com sede no Município de Sete Lagoas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.401/2007

Declara de utilidade pública a Associação Comunidade de Vida e Aliança Santa Teresinha do Menino Jesus, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunidade de Vida e Aliança Santa Teresinha do Menino Jesus, com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Wander Borges.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.709/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.709/2007, de autoria da Deputada Cecília Ferramenta, que declara de utilidade pública a organização não governamental 4 Cantos do Mundo, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.709/2007

Declara de utilidade pública a entidade 4 Cantos do Mundo, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade 4 Cantos do Mundo, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Wander Borges.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.725/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.725/2007, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação Recanto São Francisco, com sede no Município de Extrema, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.725/2007

Declara de utilidade pública a Associação Recanto São Francisco, com sede no Município de Extrema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Recanto São Francisco, com sede no Município de Extrema.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Wander Borges.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.758/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.758/2007, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Associação de Promoção e Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.758/2007

Declara de utilidade pública a Associação de Promoção e Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Promoção e Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Wander Borges.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.814/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.814/2007, de autoria do Deputado Célio Moreira, que declara de utilidade pública o Conselho Central Santa Paulina SSVP, com sede no Município de Sete Lagoas, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.814/2007

Declara de utilidade pública o Conselho Central Santa Paulina da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Central Santa Paulina da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Wander Borges, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.821/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.821/2007, de autoria do Deputado Lafayette de Andrada, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade do Gambá - Amagamba -, com sede no Município de Catas Altas da Noruega, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.821/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade do Gambá - Amagamba -, com sede no Município de Catas Altas da Noruega.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade do Gambá - Amagamba -, com sede no Município de Catas Altas da Noruega.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Wander Borges, relator - Gláucia Brandão.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.860/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.860/2007, de autoria do Deputado Wander Borges, que declara de utilidade pública a Comunidade Kolping Minas Caixa - CKMC -, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.860/2007

Declara de utilidade pública a Comunidade Kolping Minas Caixa - CKMC -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Kolping Minas Caixa - CKMC -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de março de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Wander Borges.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/3/08, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ana Paula de Souza Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 68/2007, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços gerais, está suspenso, em virtude de alterações no edital, até que se defina nova data para a realização da sessão pública.

Belo Horizonte, 17 de março de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Vicom Ltda. Objeto: prestação de serviços de transmissão permanente de sinais de áudio e vídeo digital da TV Assembléia ("up-link") para o satélite Brasilsat B3. Objeto deste aditamento: 3ª prorrogação com reajuste de preço e indicação do gestor do contrato. Vigência: 12 meses, de 15/3/2008 a 14/3/2009.